



Aderência dos Planos de Ensino às exigências do Exame de Suficiência e a percepção dos Discentes de contabilidade sobre o domínio dos conteúdos de Contabilidade Societária

Lucas Lorenzet

Graduado em Ciências Contábeis
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: lucaslorenzet@gmail.com

Márcia Bianchi

Doutora em Economia
Professora do PPGCONT/UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: marcia.bianchi@ufrgs.br

Jéssica Tomasi Moser

Mestranda em Contabilidade e Controladoria
Especialista de Controles Internos
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
e-mail: jessicatomasi@hotmail.com

Área Temática: Iniciação Científica.

RESUMO

O estudo tem o objetivo de analisar a aderência dos planos de ensino de Ciências Contábeis da UFRGS às exigências do Exame de Suficiência nos conteúdos de Contabilidade Societária e a percepção dos discentes sobre a o domínio desses conteúdos. O estudo é classificado como qualitativo-quantitativo, descritivo, documental e de levantamento que utiliza documentos e questionário aplicado a 171 discentes e respondido por 66 (39% do total) de 7º e 8º semestres do curso. Os resultados evidenciam uma boa aderência dos planos de ensino, com 69,35% do conteúdo do Exame de Suficiência estando contemplado no curso. Verifica-se que os discentes têm percepção de melhor domínio dos conteúdos iniciais, reduzindo à medida que as disciplinas progridem (conteúdos finais dos planos de ensino). Em alguns conteúdos como eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo e investimentos líquidos no exterior e conversão de demonstrações financeiras, os discentes possuem baixo domínio. Ainda se verifica que os discentes que cursaram as disciplinas em formato excepcional devido à pandemia, possuem menor domínio que os alunos que cursaram de modo presencial. O estudo contribui para a melhoria na qualidade do ensino da Contabilidade e para melhorar a adequação dos planos de ensino a demandas externas, visando aperfeiçoar o desenvolvimento de competência dos discentes.

Palavras-chave: Planos de Ensino. Contabilidade Societária. Domínio do conteúdo. Discentes. Exame de Suficiência.



1 INTRODUÇÃO

O curso de Ciências Contábeis proporciona aos discentes o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades amplas, que permitem inúmeras possibilidades de atuação profissional após a conclusão da graduação. Iudícibus *et al.* (2019) confirmam essas possibilidades quando mencionam que a Contabilidade tem um campo de atuação muito amplo. Para Silva, Miranda e Pereira (2017), as instituições de ensino superior (IES) devem possibilitar aos discentes o desenvolvimento de competências que serão necessárias para o exercício da profissão. Apesar da heterogeneidade entre as IES nos currículos de Ciências Contábeis (SILVA; MIRANDA; PEREIRA, 2017), os conteúdos de Contabilidade Societária e o ensino dos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) compõem grande parte da carga horária do curso, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Contábeis (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR [CNE/CES], 2004). Além disso, esses conteúdos são básicos para a atividade profissional em muitos dos campos de atuação possíveis para os contadores. Contudo, devido ao grande aumento na oferta de cursos de nível superior, estudos como de Caetano *et al.* (2015), Lemos e Miranda (2015) e Miranda *et al.* (2019) têm demonstrado preocupação com a qualidade do ensino ofertado.

De forma a avaliar o ensino no curso de Ciências Contábeis, os concluintes realizam o Exame de Suficiência, sendo a aprovação um requisito obrigatório para o registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC). O Exame de Suficiência é uma forma do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) atestar que os bacharéis tenham adquirido durante a graduação os conhecimentos necessários para o exercício da profissão (CFC, 2015). Ferramentas de validação como o Exame de Suficiência do CFC têm foco em medir a competência do bacharel para o mercado de trabalho, medindo as competências adquiridas durante o curso de graduação, e servindo de ferramenta para analisar o desempenho acadêmico (MADEIRA; MENDONÇA; ABREU, 2003; FERREIRA, 2015; SILVA, MIRANDA; PEREIRA, 2017). Adicionalmente, ao avaliar os resultados gerais médios de ferramentas de avaliação como o Exame de Suficiência do CFC, Lames e Miranda (2022) revelam uma situação preocupante quanto ao preparo dos egressos de Ciências Contábeis para o exercício da profissão. Por outro lado, o desempenho dos discentes de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) historicamente tem sido superior às médias brasileiras e regionais, se confirmando na Segunda edição do Exame de Suficiência de 2022 com aprovação de 75,47% frente 21,11% da média nacional (CFC, 2023).

Considerando o baixo desempenho médio no exame, e com intuito de aprofundar o estudo do ensino de Ciências Contábeis com foco na Contabilidade Societária, Martin, Quaresma e Leal (2017) avaliaram sob a ótica docente e discente como o ensino dos CPCs ocorre nas faculdades de Ciências Contábeis da grande Vitória/Espírito Santo (ES). Nesse mesmo sentido, Alves *et al.* (2017) analisaram se os conteúdos de contabilidade dos currículos de Ciências Contábeis estão alinhados com os pronunciamentos técnicos do CPC. Esses estudos relevam que há uma preocupação de que os conhecimentos em Contabilidade Societária e dos CPCs, não estão suficientemente adequados nos currículos de Ciência Contábeis, causando deficiências desses conhecimentos resultando nos baixos desempenhos nos Exames.

Considerando o exposto, surge o problema de pesquisa: *Qual é a aderência dos planos de ensino de Ciências Contábeis da UFRGS às exigências do Exame de Suficiência nos conteúdos de Contabilidade Societária e a percepção dos discentes sobre o domínio desses conteúdos?* O objetivo do estudo é analisar a aderência dos planos de ensino de Ciências



Contábeis da UFRGS às exigências do Exame de Suficiência nos conteúdos de Contabilidade Societária e a percepção dos discentes sobre a o domínio desses conteúdos.

Nesse sentido, o estudo contribui para a melhoria no ensino dos conteúdos de Contabilidade Societária por apresentar como os discentes percebem o domínio dos conteúdos ensinados durante as aulas do curso. Ainda, permite que haja melhores subsídios para adequar a carga horária de cada conteúdo nos planos de ensino, de forma a melhorar a compreensão e domínio dos conteúdos pelos alunos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CFC

Exame de Suficiência está regulamentado por meio da resolução CFC nº 1.486/2015, constituindo-se em uma prova organizada pelo Conselho Federal de Contabilidade e aplicada aos bacharéis de Ciências Contábeis que desejam obter o registro de classe junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC), uma vez que a aprovação no Exame pelo graduado é requisito obrigatório para o registro profissional junto ao CRC e a permissão para exercer a profissão no país (CFC, 2015).

A instituição do exame em 1999 foi realizada partir da resolução CFC nº 853/1999, com a conceituação de ser “a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade” (CFC, 1999, p. 2). Entretanto, apesar dos benefícios da instituição de um exame de qualificação e das justificativas dadas pelo CFC, muitos questionamentos surgiram acerca da competência do CFC de instituir tal exame, culminando na suspensão do exame em 2005 (BUGARIM *et al.*, 2014; CASTRO, 2017).

O período em que o exame ficou suspenso, de 2005 a 2009, foi marcado por transformações importantes, como aumento da oferta de cursos, do número de alunos matriculados e, principalmente, a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a convergência da contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. Corroborando a importância desse movimento de convergência das normas contábeis, Padoveze, Benedicto e Leite (2014) evidenciam que a internacionalização dos mercados de capitais trouxe a necessidade de padronização das informações contábeis, permitindo maior confiança por parte dos investidores internacionais na utilização das informações contábeis para a tomada de decisão. De tal modo, a adoção dos padrões internacionais pela contabilidade brasileira trouxe mais credibilidade aos profissionais da contabilidade, permitindo ao CFC reivindicar o mesmo status da OAB, facilitando a volta do Exame de suficiência (CASTRO, 2017).

No ano de 2010, a Lei nº 12.249/2010 é sancionada, criando a base legal necessária para o Conselho Federal de Contabilidade editar a resolução CFC nº 1.301/2010 e voltar a exigir o Exame de Suficiência como requisito para o registro profissional, tendo os questionamentos legais já esgotados é consenso que Exame deve continuar a ser aplicado (BRASIL, 2010; CASTRO, 2017; CFC, 2010). Conforme a redação da resolução mais recente a respeito do exame de suficiência, a Resolução do CFC nº 1.486/2015, a prova é aplicada apenas para os bacharéis em contabilidade e o candidato deverá obter um mínimo de 50% de acertos em cinquenta questões divididas nas áreas do conhecimento conforme CFC (2015).

O Exame de Suficiência, além de ser uma ferramenta para mensurar e avaliar os conhecimentos adquiridos durante o curso superior em Ciências Contábeis, permite o



aprimoramento do ensino da contabilidade, com seus resultados servindo como base para as IES avaliarem os seus cursos, permitindo, através da análise dos conteúdos exigidos no exame, aprimorar os conteúdos dos cursos (MADEIRA; MENDONÇA; ABREU, 2003; CASTRO, 2017). Os dados do CFC (2023) revelam que o índice geral de aprovação na segunda edição do Exame de Suficiência de 2022 foi de 21,11%, enquanto que no melhor estado do país em percentual de aprovados, o Rio Grande do Sul, apenas 29,13% foi aprovado.

2.2 ESTUDOS RELACIONADOS

Para entender o domínio de conceitos da disciplina de Teoria da Contabilidade, Lima Filho e Bruni (2012) realizaram estudo com 591 alunos de Contabilidade de Salvador. Os resultados apontaram que em geral os alunos têm noções superadas ou desatualizadas dos conceitos, ainda verificou-se que discentes de IES públicas têm maior domínio dos conceitos e que uma maior titulação dos docentes melhora a compreensão dos conceitos. A pesquisa contribui para a discussão dos processos de ensino-aprendizagem de temas de Teoria da Contabilidade ao revelar deficiências conceituais nas respostas da amostra.

Alves *et al.* (2017) analisaram se os conteúdos dos currículos de Ciências Contábeis estão alinhados com os Pronunciamentos Contábeis. Os pesquisadores concluíram que as IES da amostra continham baixa aderência aos CPCs, requerendo melhorias, principalmente pela contabilidade estar harmonizada aos padrões internacionais. A pesquisa contribui com a melhoria da formação profissional por revelar que nem todos os CPCs estão contemplados nos currículos das IES, o que pode levar a deficiências em conceitos importantes.

Ainda na temática de adequação de currículo aos CPCs, Martin, Quaresma e Leal (2017) analisaram como os CPCs são introduzidos no ensino em IES da grande Vitória-ES, sob a ótica docente e discente. As conclusões obtidas foram que os CPCs estão sendo ensinados, mas de forma superficial e sucinta, sendo somente 14 dos CPCs conhecidos por mais de 40% dos discentes. A pesquisa ainda revela que há um consenso entre os respondentes de os discentes não estão preparados para aplicar os conteúdos dos pronunciamentos. O estudo faz sua contribuição ao apresentar um diagnóstico sobre a formação dos discentes de Ciências Contábeis nas temáticas dos pronunciamentos contábeis, apresentando lacunas a serem melhoradas.

Com relação à avaliação do desempenho dos discentes, Carvalho, Bianchi e Souza (2018) avaliaram o desempenho dos alunos de uma universidade pública do Rio Grande do Sul quanto aos conhecimentos adquiridos do CPC 00 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os resultados evidenciam que ter estudado o pronunciamento em sala de aula e ter cursado a disciplina Teoria da Contabilidade influenciaram de forma positiva nas respostas corretas do CPC 00, enquanto que para o CPC 26 o fator de maior influência foi estar em etapas avançadas no currículo do curso.

Venturini, Vilanova e Bianchi (2021) analisaram a percepção dos discentes de Ciências Contábeis da UFRGS sobre a absorção e domínio do conteúdo da disciplina de análise das demonstrações contábeis. Foi realizado um levantamento com aplicação de questionário a 99 estudantes. Os resultados demonstraram que os estudantes têm uma percepção mediana de absorção dos conteúdos, não se sentindo suficientemente preparados para utilizar os conhecimentos no mercado de trabalho e que o ensino ser presencial ou ensino à distância (EAD) não interferiu significativamente nos resultados. O estudo ainda realizou um pequeno teste de conhecimento sobre os conteúdos de análise das demonstrações com 8 questões, obtendo média de acertos 3,22, validando o baixo nível de preparo encontrado nos respondentes.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à forma de abordagem do problema esta pesquisa classifica-se como qualitativa e quantitativa (RAUPP; BEUREN, 2008) e, quanto aos objetivos, pode ser classificada como descritiva (GIL, 2022). Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa, em um primeiro momento é documental, organizando informações dos planos de ensino e do Exame de Suficiência, transformando-as em novas fontes de consulta (RAUPP; BEUREN, 2008). Em sequência, classifica-se como levantamento ou *survey*, interrogando diretamente os alunos do 7º e 8º semestres, por meio de questionário fechado, e utilização da quantificação para obter conclusões e descrever os dados encontrados (FREITAS *et al.* 2000; GIL, 2022).

Na pesquisa foram identificadas na matriz curricular de Ciência Contábeis da UFRGS, as disciplinas com maior probabilidade de terem conteúdos de Contabilidade Societária, obtendo validação com a atual coordenadora do curso. Foram identificadas seis disciplinas, Contabilidade Introdutória, Contabilidade Intermediária, Contabilidade Societária I, Contabilidade Societária II, Contabilidade Societária III e Análise das Demonstrações Contábeis. Os planos de ensino atuais dessas disciplinas foram coletados em janeiro de 2023, em ambiente restrito a pessoas vinculadas à UFRGS, compreendendo o conteúdo vigente no semestre de 2022/2. As informações acerca dos conteúdos de Contabilidade Societária exigidos no Exame de Suficiência foram obtidas por meio do edital da 2ª edição do Exame de 2022, sob a nomenclatura de Contabilidade Geral. Nesse momento foram validadas cinco disciplinas curriculares, pois Análise das Demonstrações Contábeis tem conteúdo próprio no edital do Exame. Os documentos foram analisados à luz da análise de conteúdo, por meio de sentença (BARDIN, 2011), realizando uma comparação com o que é apresentado no edital e o que é apresentado nos planos de ensino.

A partir dos dados encontrados, o questionário foi elaborado e aplicado aos discentes dos 7º e 8º semestres do curso, após validação com dois alunos e um professor doutor para verificar a fidedignidade, a validade e a operatividade (MARCONI; LAKATOS, 2021). A aplicação do questionário ocorreu em disciplinas de 7º semestre, Auditoria I e Sistemas de Informações Gerenciais I, e de 8º semestre, Sistemas de Informações Gerenciais II e Controladoria, totalizando 117 alunos matriculados. O questionário utiliza escala Likert de 0 a 5 pontos para verificar a percepção de domínio dos discentes nos conteúdos, em que 0 significa não conhecer/não entender o assunto, 1 pouco domínio e 5 muito domínio. Adicionalmente foi solicitado para o respondente atribuir uma nota de 0 a 5 que represente a influência das aulas do curso para o nível de domínio percebido. Para a coleta foi utilizado questionário em formato digital, com acesso via QR code, e questionário físico, incluído na base de dados pelo pesquisador. A amostra obtida foi de 66 respondentes após a exclusão de alunos que não responderam estar no 7º e 8º semestres do curso. A consistência interna do questionário foi verificada com o Alfa de Cronbach, obtendo índice de 0,8248.

Os dados foram analisados de forma descritiva e apresentados com a utilização de dados estatísticos descritivos, percentuais, médias, desvios padrão. No estudo foram utilizados de testes de variância, procurando diferenças significativas no domínio dos conteúdos pelos alunos que cursaram as disciplinas na modalidade presencial e dos alunos que cursaram durante o período de excepcionalidade causado pela pandemia, chamado de Ensino Remoto Emergencial (ERE), no qual o ensino foi adaptado para ser realizado de forma remota.



4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS CONTEÚDOS EXIGIDOS NO EXAME DE SUFICIÊNCIA PRESENTES NOS PLANOS DE ENSINO

A comparação do conteúdo exigido no Exame de Suficiência e o conteúdo dos planos de ensino é evidenciada no Quadro 1. Ao analisar o edital do Exame de Suficiência os conteúdos foram divididos em 15 grupos identificados por letras de “a” à “o”, contendo 62 subgrupos de conteúdos de Contabilidade Societária.

Quadro 1 – Comparação do conteúdo do Exame de Suficiência e dos planos de ensino

Conteúdo do Exame	Disciplina da UFRGS
a) Patrimônio e Variações Patrimoniais:	
Conceituação de patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido.	Contabilidade Introdutória
Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio.	Contabilidade Introdutória
Formação, subscrição e integralização de capital	Contabilidade Introdutória
Registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.	Contabilidade Introdutória
b) Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração:	
Conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras).	Contabilidade Introdutória
Elementos essenciais do lançamento contábil.	Contabilidade Introdutória
Regime de competência.	Contabilidade Introdutória
Balancete de verificação.	Contabilidade Introdutória
Escrituração Contábil Digital.	
c) Avaliação de Ativos e Passivos:	
Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente.	
Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente.	
Valor justo.	Contabilidade Societária II
Custo Amortizado.	Contabilidade Societária II
Valor recuperável de ativos.	Contabilidade Societária II
Atualização monetária.	
Método da equivalência patrimonial.	Contabilidade Societária II
Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.	Contabilidade Intermediária Contabilidade Societária I
Variação Cambial.	
Depreciação, amortização e exaustão.	Contabilidade Introdutória Contabilidade Intermediária
d) Mensuração e Reconhecimento de Operações: Normatização, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como:	
Operações financeiras.	Contabilidade Intermediária Contabilidade Societária II
Adiantamentos a fornecedores e de clientes.	Contabilidade Intermediária
Operações com mercadorias, produtos e serviços.	Contabilidade Intermediária
Estoques.	Contabilidade Intermediária
Despesas pagas antecipadamente.	Contabilidade Intermediária
Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.	
Investimentos.	Contabilidade Societária II
Ativo imobilizado.	Contabilidade Intermediária
Ativos biológicos.	
Ativos intangíveis.	Contabilidade Intermediária
Combinação de negócio.	Contabilidade Societária III
Custo atribuído.	



Redução ao valor recuperável.	Contabilidade Societária II
Vendas de ativos diversos (ganhos e perdas).	
Fornecedores.	Contabilidade Intermediária
Obrigações fiscais e outras obrigações.	Contabilidade Intermediária
Constituição de provisões.	Contabilidade Intermediária Contabilidade Societária I
Folha de pagamento.	Contabilidade Intermediária
Receitas, despesas, ganhos e perdas.	
Apuração e destinação do resultado.	Contabilidade Societária I
Tributos correntes e diferidos; e demais operações inerentes à atividade das sociedades empresárias.	
e) Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições.	
Conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações.	
Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos.	
Diferença temporária tributável.	
Diferença tributária dedutível.	
Prejuízos e créditos fiscais.	
f) Balanço Patrimonial: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido.	Contabilidade Introdutória Contabilidade Intermediária Contabilidade Societária I Contabilidade Societária III
g) Demonstração do Resultado: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	Contabilidade Introdutória Contabilidade Intermediária Contabilidade Societária I Contabilidade Societária III
h) Demonstração do Resultado Abrangente: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	Contabilidade Societária I Contabilidade Societária III
i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	Contabilidade Societária I Contabilidade Societária III
j) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	Contabilidade Societária I
k) Demonstração dos Fluxos de Caixa: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. Método direto e indireto, fluxo operacional de investimento e de financiamento.	Contabilidade Societária II Contabilidade Societária III
l) Demonstração do Valor Adicionado: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	Contabilidade Societária II
m) Notas explicativas: Aspectos conceituais, finalidades, normatização e conteúdo.	Contabilidade Societária I Contabilidade Societária III
n) Consolidação das Demonstrações Contábeis: Normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação, tais como:	
Eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo.	Contabilidade Societária II
Eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo.	Contabilidade Societária II
Identificação da participação dos não controladores no patrimônio.	Contabilidade Societária II
Resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture).	Contabilidade Societária II
o) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis:	
Normatização, mensuração, apresentação e reconhecimento de transações em moeda estrangeira.	
Investimentos líquidos no exterior e conversão de demonstrações financeiras.	Contabilidade Societária III
Técnicas e taxas de conversão.	Contabilidade Societária III
Itens monetários e não monetários, ganhos e perdas.	
Moeda funcional, moeda estrangeira e moeda de apresentação.	

Fonte: elaborado a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).



A análise do Quadro 1 indica que a maior parte dos conteúdos que são exigidos no Exame de Suficiência estão sendo contemplados nos planos e ensino da UFRGS. Dos 62 subgrupos identificados, 43 foram encontrados nos planos de ensino, significando que 69,35% dos conteúdos exigidos são contemplados em sala de aula. Esses dados vão de encontro aos achados de Alves *et al.* (2017) que evidenciam uma baixa aderência dos planos de ensino de IES ao ensino dos CPCs, com média brasileira de 37,39% e de que apenas 11 de 105 instituições analisadas possuem aderência superior a 50%. O achado pode ser um indicativo do motivo do desempenho superior da UFRGS frente a outras universidades no Exame. Ainda cabe destacar que dois dos subgrupos, “Vendas de ativos diversos (ganhos e perdas)” e “Receitas e Despesas, Ganhos e Perdas”, embora não tenham sido explicitamente destacados nos planos de ensino estão sendo abrangidos por outros conteúdos existentes nos planos de ensino. Além disso, alguns conteúdos são trabalhados em mais de um plano de ensino, como a constituição de provisões e principalmente as demonstrações contábeis, com destaque ao “Balanço patrimonial” e “Demonstração do Resultado” que tem estudo em quatro das cinco disciplinas analisadas, indicando que a UFRGS deseja reforçar a aprendizagem dos alunos.

Ainda, ao serem verificados os temas sem correspondência nos planos de ensino, há destaque para “Escrituração contábil Digital”, “Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada”, “Ativo Biológico” e todas quase todos os conteúdos relativos a impostos, como a contabilização de “tributos correntes e diferidos” e todas do subgrupo “e) Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições.”. Nesse sentido, a pesquisa afasta-se de Alves *et al.* (2017) que afirma que no Brasil há um enfoque mais significativo em conteúdos de Contabilidade Tributária, podendo indicar que os alunos têm pouco conhecimento em conteúdos que são importantes para o dia a dia dos contadores autônomos que prestam serviço contábeis.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONDENTES

Na Tabela 1 encontram-se destacados os dados sobre os respondentes da pesquisa, caracterizando-os quanto ao sexo, idade, estado civil e semestre.

Tabela 1 – Identificação dos respondentes

Categoria	Subcategoria	(%)
Sexo	Masculino	54,55
	Feminino	45,45
Faixa Etária	Entre 16 e 24 anos	46,97
	Entre 25 e 35 anos	45,45
	Entre 36 e 54 anos	7,58
Estado Civil	Casado(a)	9,09
	Solteiro(a)	90,91
Semestre Atual	Sétimo semestre	68,18
	Oitavo semestre	31,82

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

Observa-se por meio da Tabela 1, que a maioria dos respondentes são do sexo masculino (54,55%), estando principalmente nas faixas etárias de 16 a 24 anos (46,97%) e 25 a 35 anos (45,45%), compreendendo mais de 92% da amostra. Verifica-se também que praticamente 91% são solteiros. Embora o questionário tenha sido aplicado em duas disciplinas de 7º semestre e duas disciplinas de 8º semestre, 68,18% das respostas foram de alunos de 7º semestre.



Na Tabela 2, apresenta-se em qual modalidade de ensino as disciplinas de Contabilidade foram cursadas, além de informações sobre a participação no Exame de Suficiência.

Tabela 2 – Informações sobre as disciplinas

Categoria	Subcategoria	(%)
Modalidade em que cursou Contabilidade Introdutória	Presencial	100,00
Modalidade em que cursou Contabilidade Intermediária	ERE	15,15
	Presencial	84,85
Modalidade em que cursou Contabilidade Societária I	ERE	40,91
	Presencial	59,09
Modalidade em que cursou Contabilidade Societária II	ERE	54,55
	Presencial	45,45
Modalidade em que cursou Contabilidade Societária III	ERE	66,67
	Não Cursei	1,52
	Presencial	31,82
Você já realizou o Exame de Suficiência do CFC?	Não	84,85
	Sim, fui aprovado	13,64
	Sim, mas não conferi meu desempenho	1,52
Considerando as questões de Contabilidade Societária (contabilidade geral) do Exame do CFC, em uma escala de 1 a 5 o quanto você considera que estava preparado para respondê-las?	2	20,00
	3	40,00
	4	40,00

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

De acordo com a Tabela 2, quanto à modalidade em que foram cursadas as disciplinas, é evidenciado um aumento da proporção de alunos que cursaram as matérias na modalidade ERE conforme as disciplinas do curso progrediram. Considerando essa modalidade, nenhum aluno cursou Contabilidade Introdutória, 15,15% cursaram Contabilidade Intermediária, 40,91% dos respondentes cursaram Contabilidade Societária I, 54,55% Contabilidade Societária II e 66,67% cursaram Contabilidade Societária III. O aumento dessa proporção era esperado, visto o período de quatro semestres que foram ministrados exclusivamente em formato ERE (2020/1 a 2021/2). De modo geral, os alunos que realizaram o Exame de Suficiência (n=10) se consideram medianamente preparados para responder as questões, apesar de quase todos terem sido aprovados, à exceção de um que não conferiu seu resultado.

4.3 NÍVEL DE DOMÍNIO PERCEBIDO DOS DISCENTES POR CONTEÚDO E DISCIPLINA

Nesta seção é apresentando a percepção de domínio dos alunos em cada conteúdo exigido no Exame de Suficiência categorizado pela disciplina correspondente do conteúdo na grade curricular da UFRGS. Para evitar repetição, caso um conteúdo seja abordado em múltiplos planos de ensino ele só é apresentado na primeira disciplina em que aparece. Encontram-se evidenciadas na Tabela 3 as informações sobre a disciplina Contabilidade Introdutória.

**Tabela 3 – Nível de domínio percebido nos conteúdos de Contabilidade Introdutória**

Conteúdo	Média	Desvio Padrão	Variância
a) Patrimônio e Variações Patrimoniais:			
Conceituação de patrimônio, ativo, passivo e patrimônio líquido.	3,94	1,18	1,38
Aspecto qualitativo e quantitativo do patrimônio.	3,41	1,23	1,51
Formação, subscrição e integralização de capital	3,48	1,23	1,52
Registros de mutações patrimoniais e apuração do resultado.	3,12	1,23	1,52
b) Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração:			
Conceito, classificação (patrimoniais e de resultado) e natureza das contas (devedoras e credoras).	3,94	1,07	1,13
Elementos essenciais do lançamento contábil.	3,73	1,17	1,37
Regime de competência.	4,14	1,07	1,13
Balancete de verificação.	3,82	1,14	1,29
c) Avaliação de Ativos e Passivos: Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente.			
Depreciação, amortização e exaustão.	3,33	1,27	1,61
f) Balanço Patrimonial: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, critérios de classificação e avaliação, Ativo Circulante, Ativo não Circulante, Passivo Circulante, Passivo não Circulante e Patrimônio Líquido			
	4,18	0,94	0,89
g) Demonstração do Resultado: Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.			
	4,15	0,93	0,87
Média Geral do Conteúdo da Disciplina	3,75	1,18	1,40

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

Na disciplina de Contabilidade Introdutória, do primeiro semestre, são ministrados os conteúdos introdutórios da Ciência Contábil. Conforme exposto na Tabela 3, os alunos consideram que têm um domínio médio-alto dos conceitos ensinados (3,75). Há destaque positivo para regime de competência (4,14), balanço patrimonial (4,18) e demonstração do resultado (4,15). O resultado de domínio do balanço patrimonial e da demonstração do resultado encontrado é melhor que as evidências de Carvalho, Bianchi e Souza (2018) que testaram um desempenho médio de 54% em questões envolvendo o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis em alunos do 7º e 8º semestres.

Na Tabela 4 as informações correspondentes à disciplina de Contabilidade Intermediária são apresentadas.

Tabela 4 – Nível de domínio percebido nos conteúdos de Contabilidade Intermediária

Conteúdo	Média	Desvio Padrão	Variância
c) Avaliação de Ativos e Passivos: Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente.			
Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes.	3,05	1,14	1,31
d) Mensuração e Reconhecimento de Operações: Normatização, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como:			
Operações financeiras.	3,15	1,10	1,21
Adiantamentos a fornecedores e de clientes.	3,64	1,07	1,15
Operações com mercadorias, produtos e serviços.	3,68	1,07	1,14
Estoques.	3,61	1,05	1,10
Despesas pagas antecipadamente.	3,67	1,13	1,27
Ativo imobilizado.	3,73	1,21	1,46
Ativos intangíveis.	3,14	1,25	1,57
Fornecedores.	3,71	1,13	1,29



Obrigações fiscais e outras obrigações.	3,47	1,19	1,42
Constituição de provisões.	3,33	1,37	1,89
Folha de pagamento.	3,17	1,41	1,99
Média Geral do Conteúdo da Disciplina	3,45	1,20	1,44

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

Os conteúdos dessa disciplina estão ligados principalmente à mensuração e reconhecimento das operações, ampliando o conhecimento adquiridos anteriormente. Como pode ser visto na Tabela 4, a média geral de domínio (3,45) ficou abaixo dos conhecimentos de Contabilidade Introdutória (3,75), mas ainda revela que os alunos consideram que possuem um domínio médio dos conteúdos. Destaca-se que provisões, ativos contingentes e passivos contingentes (3,05), operações financeiras (3,15), ativos intangíveis (3,14) e folha de pagamento são os conteúdos com menor domínio na disciplina, enquanto fornecedores (3,71) e ativo imobilizado (3,73) são os conteúdos de maior domínio.

O domínio dos conteúdos de Contabilidade Societária I, disciplina de terceiro semestre que contempla o estudo de várias demonstrações contábeis, é apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Nível de domínio percebido nos conteúdos de Contabilidade Societária I

Conteúdo	Média	Desvio Padrão	Variância
d) Mensuração e Reconhecimento de Operações: Normatização, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como:			
Apuração e destinação do resultado.	3,61	1,31	1,72
h) Demonstração do Resultado Abrangente (DRA): Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	3,11	1,05	1,11
i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL): Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	3,12	1,09	1,19
j) Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA): Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	3,02	1,05	1,09
m) Notas explicativas (NE): Aspectos conceituais, finalidades, normatização e conteúdos.	3,36	1,27	1,62
Média Geral do Conteúdo da Disciplina	3,24	1,17	1,38

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

A Tabela 5 revela que os respondentes possuem conhecimentos médios nesses conteúdos (3,24). É um valor de domínio menor que dos conteúdos de Contabilidade Introdutória (3,75) e Contabilidade Intermediária (3,45), o que pode indicar um aumento na dificuldade de assimilação dos conteúdos a medida que os discentes progredem no curso. É relevante ressaltar que há menor domínio das demonstrações vistas nessa disciplina, DRA (3,11), DMPL (3,12), DLPA (3,02) e NE (3,36) quando comparadas ao balanço patrimonial (4,18) e demonstração do resultado (4,15), o que pode indicar falhas no ensino.

A Tabela 6 sumariza o domínio dos conteúdos vistos na disciplina de Contabilidade Societária II.

**Tabela 6 – Nível de domínio percebido nos conteúdos de Contabilidade Societária II**

Conteúdo	Média	Desvio Padrão	Variância
c) Avaliação de Ativos e Passivos: Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente:			
Valor justo.	2,97	1,16	1,335
Custo Amortizado.	2,77	1,05	1,10
Valor recuperável de ativos.	3,02	1,12	1,25
Método da equivalência patrimonial.	2,79	1,22	1,49
d) Mensuração e Reconhecimento de Operações: Normatização, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como:			
Investimentos.	3,29	1,19	1,41
Redução ao valor recuperável.	2,73	1,27	1,62
k) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos. Método direto e indireto, fluxo operacional de investimento e de financiamento.	3,08	1,17	1,36
l) Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Apresentação, aspectos conceituais, finalidades e normatização, forma de elaboração e seus elementos.	2,82	1,09	1,20
n) Consolidação das Demonstrações Contábeis: Normatização, mensuração e reconhecimento, conceitos, fundamentos e procedimentos de consolidação, tais como:			
Eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo.	2,11	1,34	1,79
Eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo.	2,06	1,32	1,75
Identificação da participação dos não controladores no patrimônio.	2,30	1,44	2,06
Resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (<i>Joint venture</i>).	2,00	1,28	1,63
Média Geral do Conteúdo da Disciplina	2,66	1,29	1,65

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

Conforme a Tabela 6, a média geral de domínio dos conteúdos de Contabilidade Societária II é 2,66, entretanto, há grande variação no domínio entre os conteúdos. Valor justo (2,97), valor recuperável de ativos (3,02), investimentos (3,29) e DFC (3,08) apresentam valores médios. Por outro lado, eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo (2,11), eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo (2,06) e resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) (2,00) apresentam baixo domínio pelos alunos. É interessante notar que no estudo de Martin, Quaresma e Leal (2017), o CPC 36 – Demonstrações Consolidadas foi o 13º CPC mais conhecido pelos alunos, enquanto para essa pesquisa esses conteúdos estão entre os menores níveis de domínio dos alunos, indicando diferenças no ensino da contabilidade entre as regiões do Brasil.

A Tabela 7 apresenta o nível de domínio percebido pelos discentes nos conteúdos da disciplina de Contabilidade Societária III. A disciplina abrange apenas três conteúdos exclusivos, embora reforce o ensino das demonstrações contábeis, como visto no Quadro 1.

**Tabela 7 – Nível de domínio percebido nos conteúdos de Contabilidade Societária III**

Conteúdo	Média	Desvio Padrão	Variância
d) Mensuração e Reconhecimento de Operações: Normatização, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como:			
Combinação de negócio.	2,42	1,23	1,51
o) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis:			
Investimentos líquidos no exterior e conversão de demonstrações financeiras.	2,06	1,30	1,69
Técnicas e taxas de conversão.	2,29	1,32	1,75
Média Geral do Conteúdo da Disciplina	2,26	1,29	1,65

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

As informações da tabela 7 revelam que os discentes não consideram ter um bom domínio dos temas, apresentando nível médio de 2,26. Evidencia-se que os alunos percebem possuir pouco domínio nos conteúdos de investimentos líquidos no exterior e conversão das demonstrações contábeis (2,06) e de técnicas e taxas de conversão (2,29). Contadores com baixo domínio desse tema podem converter as demonstrações com taxas equivocadas, resultando em distorções nas demonstrações contábeis (ALVES *et al.*, 2017). Ressalta-se que apenas 16,6% dos respondentes marcaram possuir domínio 4 ou 5 nos conteúdos dessa disciplina, o que revela deficiência no ensino desses temas. Visto o baixo nível de domínio, faz-se a recomendação de uma melhor adequação da didática nos conteúdos de Contabilidade Societária III da UFRGS, assim como Lima Filho e Bruni (2012) recomendaram para a disciplina de Teoria da Contabilidade em seu estudo.

A Tabela 8 resume o nível de domínio dos conteúdos exigidos pelo Exame de Suficiência que não há correspondência direta nos planos de ensino de Ciências Contábeis da UFRGS.

Tabela 8 – Nível de domínio percebido nos conteúdos sem correspondência nos planos de ensino

Conteúdo	Média	Desvio Padrão	Variância
b) Plano de Contas e Procedimentos de Escrituração:			
Escrituração Contábil Digital.	2,86	1,38	1,90
c) Avaliação de Ativos e Passivos: Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente:			
Normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente.	3,38	1,11	1,22
Custo histórico, custo corrente, valor realizável ou valor de liquidação e valor presente.	2,95	1,16	1,34
Atualização monetária.	2,85	1,18	1,39
Variação Cambial.	2,77	1,38	1,90
d) Mensuração e Reconhecimento de Operações: Normatização, conceito, mensuração e reconhecimento de transações, tais como:			
Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.	2,92	1,13	1,27
Ativos biológicos.	2,50	1,28	1,64
Custo atribuído.	2,32	1,38	1,91
Vendas de ativos diversos (ganhos e perdas).	3,23	1,21	1,47
Receitas, despesas, ganhos e perdas.	3,52	1,23	1,52
Tributos correntes e diferidos; e demais operações inerentes à atividade das sociedades empresárias.	2,74	1,37	1,89
e) Operações Fiscais, Tributárias e de Contribuições.			



Conceitos, contabilização e cálculo de tributos federais, estaduais e municipais, contribuições previdenciárias, FGTS e outras operações.	2,76	1,47	2,16
Passivos e ativos fiscais correntes e diferidos.	2,45	1,35	1,82
Diferença temporária tributável.	1,94	1,29	1,66
Diferença tributária dedutível.	1,98	1,31	1,71
Prejuízos e créditos fiscais.	2,27	1,55	2,42
o) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis:			
Normatização, mensuração, apresentação e reconhecimento de transações em moeda estrangeira.	2,18	1,29	1,66
Itens monetários e não monetários, ganhos e perdas.	2,14	1,33	1,78
Moeda funcional, moeda estrangeira e moeda de apresentação.	2,55	1,45	2,10
Média Geral dos Conteúdos	2,65	1,38	1,89

Fonte: elaborada a partir dos dados obtidos na pesquisa (2023).

Na análise da Tabela 8 é interessante notar que os conteúdos tiveram uma avaliação média de domínio (2,65), sendo superiores aos conteúdos de Contabilidade Societária III (2,26). Isso pode indicar que mesmo sem destaque explícito nos planos de ensino, esses conteúdos sejam trabalhados de alguma forma durante as aulas. Cabe destaque ao bom nível de domínio nos conteúdos de normatização, conceitos, reconhecimento, mensuração inicial e mensuração subsequente (3,38), vendas de ativos diversos (ganhos e perdas) (3,23), e receitas, despesas, ganhos e perdas (3,52). Vale ressaltar que o desvio padrão desse grupo é o maior (1,38), podendo indicar maior variação no domínio entre os alunos. Contudo, é importante destacar que os conteúdos com as menores médias de domínio estão na Tabela 8, diferença temporária tributável (1,94) e diferença tributária dedutível (1,98), afastando-se de Alves *et al.* (2017) que ressaltam o enfoque tributário da Contabilidade no Brasil. Uma outra explicação para os baixos níveis percebidos de domínio de alguns conteúdos pode estar relacionada ao estudo de Martin, Quaresma e Leal (2017), que indica dificuldades na compreensão e aplicação dos CPCs quando há baixa utilização acadêmica ou no ambiente de trabalho dos conteúdos.

Quanto à influência das disciplinas de Contabilidade no nível de domínio dos conteúdos, as médias indicam que as aulas tiveram influência média (3,18) para os domínios dos conteúdos. De forma positiva, destaca-se uma maior influência das aulas de Contabilidade Introdutória (3,73). Entretanto, a realização de teste de correlação, indica correlação fraca (0,49) entre o nível de domínio e a influência das aulas da universidade, podendo inferir que os alunos obtiveram seus conhecimentos de forma variada, não necessariamente pelas aulas ministradas no curso. Para melhorar o aprendizado dos conteúdos pelos alunos em sala de aula, Carvalho, Bianchi e Souza (2018) sugerem maiores esforços dos docentes em inserir metodologias de participação ativa dos discentes nas aulas.

4.4 DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO DE DOMÍNIO A PARTIR DO CONCEITO OBTIDO NA DISCIPLINA

Essa seção evidencia as diferenças nas percepções de domínio dos alunos a partir do conceito obtido e da modalidade em que cursaram a disciplina. Foi possível obter o conceito final de 41 respondentes que indicaram o seu número de matrícula no questionário. Os dados de percepção de domínio foram divididos de acordo com o conceito obtido na disciplina e o formato de ensino, conforme a Tabela 9. Os dados passaram por teste de análise de variância, com 5% de significância, a fim de verificar a relevância estatística da diferença.

**Tabela 9 – Relação da média da percepção de domínio do conteúdo por conceito e disciplina**

Conceito	Modalidade	Contabilidade Introdutória	Contabilidade Intermediária		Contabilidade Societária I		Contabilidade Societária II		Contabilidade Societária III	
		Presencial	Presencial	ERE	Presencial	ERE	Presencial	ERE	Presencial	ERE
A		4,07	3,82	4,03	3,53	3,31	3,52	2,64	3,00	2,28
B		3,64	3,63	1,56	3,63	3,17	2,68	2,29	2,00	2,44
C		3,69	3,78	-	3,52	2,85	3,50	2,83	2,71	1,17
Total		3,76	3,74	2,79	3,56	3,17	3,15	2,54	2,73	2,25

Fonte: elaborada a partir dos dados da pesquisa (2023).

Os dados revelam que na disciplina de Contabilidade Introdutória os alunos que com conceito A acreditam ter mais domínio do conteúdo (4,07), enquanto não há grande diferença entre os alunos de conceito B (3,64) e C (3,69). Para Contabilidade Intermediária na modalidade presencial não há diferenças significantes entre as médias, apesar dos conceitos serem diferentes. No caso da modalidade ERE, os alunos com conceito A apontaram domínio (4,03) muito superior aos alunos de conceito B (1,56). Em Contabilidade Societária I, novamente as médias informadas pelos alunos com conceitos diferentes são próximas, e apesar do caso do ERE os valores variarem, em nenhum dos casos é possível rejeitar a hipótese nula.

Em Contabilidade Societária II, os alunos com conceito A (3,52) e C (3,50) apresentam médias muito parecidas e superiores aos alunos do conceito B (2,68), com o teste estatístico não foi possível considerar essa diferença significativa. Por outro lado, é significativa a diferença das médias para os alunos do ERE, sendo relevante o fato dos alunos com conceito C, considerarem possuir maior domínio que alunos com conceito A. Esse dado poderia ser em decorrência de dificuldades na avaliação adequada dos conhecimentos dos alunos durante o período ERE. Entretanto, Venturini, Vilanova e Bianchi (2021) verificaram diferenças na modalidade presencial em que alunos com conceito B e C apresentaram maior domínio que alunos com conceito A, sinalizando que as avaliações podem não representar adequadamente os conhecimentos dos discentes, mesmo na modalidade presencial. Para a disciplina de Contabilidade Societária III, na modalidade presencial, não foi possível demonstrar diferenças estatísticas entre as médias dos alunos. Já no caso da modalidade ERE é significativo que alunos de conceito A (2,28) e B (2,44) apresentaram médias muito mais elevadas que os alunos com conceito C (1,17).

Os dados revelam que com o passar das disciplinas os alunos avaliam que possuem menor domínio dos conteúdos, isso pode estar relacionado às disciplinas tratarem de conteúdos mais complexos, ou com alguma dificuldade de assimilação por parte dos discentes. Ainda cabe ressaltar que, à exceção da disciplina de Contabilidade Societária I, os dados são significativos e indicam que os alunos da modalidade ERE têm menor domínio dos conteúdos em todas as disciplinas, independente do conceito obtido. Nesse sentido, a pesquisa se aproxima de Alves *et al.* (2017), revelando que os discentes ao entrar no mercado de trabalho, podem não possuir o domínio necessário para o desempenho das funções, podendo gerar distorções relevantes ou prejuízos para as empresas.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo foi analisar a aderência dos planos de ensino de Ciências Contábeis da UFRGS às exigências do Exame de Suficiência nos conteúdos de Contabilidade Societária e a percepção dos discentes sobre a o domínio desses conteúdos.

Verifica-se que os conteúdos exigidos no Exame de Suficiência estão divididos em 15 grandes grupos com 62 subgrupos. Divididos entre as cinco disciplinas de Contabilidade Societária, os planos de ensino contêm explicitamente correspondência com 69,35% dos conteúdos exigidos no Exame de Suficiência. Ainda há sobreposição, com alguns conteúdos do Exame sendo apresentados em mais de uma disciplina do curso. Esses achados contrariam Alves *et al.* (2017) que indicam baixa aderência aos CPCs nos planos de ensino, pois há grande apresentação dos conteúdos dos CPCs na UFRGS.

Assim como Venturini, Vilanova e Bianchi (2021) verificaram para a disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis, esta pesquisa sinaliza que os discentes possuem domínio médio para os conteúdos de Contabilidade Introdutória (3,75), Contabilidade Intermediária (3,45) e Contabilidade Societária I (3,24). Entretanto, assim como os achados de Lima Filho e Bruni (2012) para os conteúdos de Teoria da Contabilidade, esta pesquisa aponta deficiências nos alunos nos conteúdos ministrados em Contabilidade Societária II (2,66), de eliminação de resultados não realizados das transações intragrupo (2,11), Eliminação de ativos e passivos decorrentes de transação intragrupo (2,06) e resultado e consolidação proporcional de investimento em empreendimento controlado em conjunto (Joint venture). (2,00) e de Contabilidade Societária III (2,26), Investimentos líquidos no exterior e conversão de demonstrações financeiras. (2,06) e Técnicas e taxas de conversão. (2,29). Nesse sentido existem conteúdos em que os discentes não estão preparados para aplicar na prática, concordando parcialmente com Martin, Quaresma e Leal (2017).

A pesquisa ainda evidencia que para a modalidade presencial de ensino, não há diferenças estatísticas entre os níveis de domínio com base nos conceitos obtidos pelos alunos nas disciplinas. No entanto, o estudo revela que os alunos que cursaram as disciplinas na modalidade ERE possuem menor nível de domínio dos conteúdos quando comparados aos alunos que cursaram de forma presencial, afastando-se do estudo de Venturini, Vilanova e Bianchi (2021) em que não houve diferenças significativas entre o presencial e o EAD.

O estudo contribui para a discussão sobre o ensino de Contabilidade Societária, podendo subsidiar decisões que visem melhorar o ensino dos conteúdos na instituição, ao apresentar como os discentes percebem que estão dominando os conteúdos. No mesmo sentido de melhorar o ensino, contribui para melhor adequação dos planos de ensino para as exigências de exames externos às IES, como o Exame de Suficiência, estimulando ainda mais o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício profissional nos discentes. A pesquisa ainda contribui para a melhoria das avaliações internas da instituição (atribuição dos conceitos), por apresentar como os discentes percebem que dominam os conteúdos de acordo com os conceitos obtidos nas disciplinas.

Como limitação, uma vez que um dos resultados aponta que os alunos não se sentem preparados para o exame do CFC, o estudo poderia explorar também a visão dos docentes que ministram as disciplinas acerca das estratégias de ensino e o quanto corroboram para os conteúdos abordados no exame. Sugere-se que novos estudos sejam realizados em outras IES, a fim de verificar a aderência dos currículos às exigências do Exame de Suficiência, podendo ser realizadas comparações com o desempenho dos discentes dessa IES no Exame. Ainda podem ser realizados novos estudos que utilizem questões do conteúdo para, efetivamente,



testar os conhecimentos dos alunos, a fim de comparar se as percepções de domínio relatadas são realmente condizentes com o domínio efetivo dos conteúdos. Este estudo limita-se a estudar uma IES, em um período, além de ter a limitação de interrogar os discentes sobre o seu nível de domínio percebido, sem realizar o efetivo teste através de questões do conteúdo.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. *et al.* O ensino dos CPCs nos cursos de ciências contábeis em instituições de ensino superior do Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 32, p. 48-70, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010**. Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte [...] e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112249.htm. Acesso em: 20 abr. 2022.

BUGARIM, M. C. C. *et al.* O desempenho dos profissionais de contabilidade no Exame de Suficiência do CFC: uma análise de conglomerados regionais. **Revista de contabilidade e Organizações**. São Paulo, v. 8, n. 22, p. 60-71, set./dez., 2014.

CAETANO, C. C. R. *et al.* Desempenho no ENADE em Ciências Contábeis: ensino a distância (EAD) versus presencial. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v. 11, n. 4, p. 147-165, out./dez. 2015.

CARVALHO, C.; BIANCHI, M.; SOUZA, R. B. L. Pronunciamentos técnicos cpc 00 e cpc 26: desempenho dos discentes em ciências contábeis de uma universidade pública do estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Administração e Contabilidade - RAC (CNEC)**. Santo Ângelo, v. 17, n. 33, p. 141-163, jan./jun., 2018.

CASTRO, V. B. As idas e vindas do Exame de Suficiência. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília, n. 224, p. 37-45, mar./abr., 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Edital n. 2/2022 de 7 de julho de 2022. Exame de Suficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Relatórios Estatísticos do Exame de Suficiência** – 2º edição de 2022 – Resultado Estatístico por IES. CFC, 2023. Disponível em: <https://cfc.org.br/registro/exame-de-suficiencia/relatorios-estatisticos-do-exame-de-suficiencia/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.301, de 28 de setembro de 2010**. Regulamenta o exame de suficiência. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1301.pdf Acesso em: 8 maio 2022.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 1.486, de 15 de maio de 2015.** Regulamenta o exame de suficiência. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1486.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução nº 853, de 29 de outubro de 1999.** Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_853.pdf. Acesso em: 8 maio 2022.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (CNE/CES). **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e da outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

FERREIRA, M. A. **Determinantes do desempenho discente no ENADE em cursos de Ciências Contábeis.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set. 2000.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 7. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653/>. Acesso em: 17 abr. 2022.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Contabilidade Introdutória.** 12. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021011/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

LAMES, E. R.; MIRANDA, G. J. Conceitos de contabilidade preconizados pelos professores e suas relações com o desempenho discente. **Revista Contabilidade Vista & Revista.** Belo Horizonte, v. 33, n. 2, p. 232-255, maio/ago. 2022

LEMONS, K. C. S.; MIRANDA, G. J. Alto e baixo desempenho no ENADE: que variáveis explicam?. **Revista Ambiente Contabil - Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, v. 7, n. 2, p. 101-118, 2015.

LIMA FILHO, R, N.; BRUNI A. L. Percepção dos graduandos em Ciências Contábeis de Salvador (BA) sobre os conceitos relevantes da Teoria da Contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPeC.** Brasília, v. 6, n. 2, p. 187-203, abr./jun., 2012.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S. M. A disciplina teoria da contabilidade nos Exames de Suficiência e provão. **Revista Contabilidade Vista & Revista.** Belo Horizonte, v. 14, ed. especial, p. 103-122, 2003.



MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Rio de Janeiro. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026580. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 10 set. 2022.

MARTIN, B. S.; QUARESMA, V. T.; LEAL, D. O Ensino dos CPCs nos Cursos de Ciências Contábeis sob a Ótica Docente e Discente: Uma Análise em Instituições de Ensino Superior (IES) da Grande Vitória. *In: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE*, 8., 2017, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ADCONT, 2017.

MIRANDA, G. J. *et al.* Enade: os estudantes estão motivados a fazê-lo?. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 13, n. 1, art. 2, p. 12-28, jan./mar. 2019.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. D.; LEITE, J. S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap: Teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2014. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126545/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2008. p. 76-97.

SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J.; PEREIRA, J. M. ENADE e Proposta Curricular do CFC: um Estudo em Cursos Brasileiros de Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**. Brasília, v. 11, n. 3, p. 261-275, jul./set., 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4416/441652171002.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VENTURINI, L. D. B.; VILANOVA, B. M.; BIANCHI, M. Percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a absorção e domínio do conteúdo da disciplina de Análise das Demonstrações Contábeis. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-189 set./dez. 2021.